

## O mito do Ruralismo Pedagógico – sua concretização nos ritos vivenciados na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte

*The myth of the Pedagogical Ruralism - its implementation in rites experienced in the Rural Normal School of Juazeiro do Norte*

*El mito del Ruralismo Pedagógico – su concreción en los ritos vividos en la Escuela Normal Rural de Juazeiro del Norte*

ANTONIO GERMANO MAGALHÃES JUNIOR<sup>1</sup>; SARAH BEZERRA LUNA VARELA<sup>2</sup>

### Resumo

O estudo sobre a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN), cujo recorte temporal foi os anos de 1934 a 1939, objetiva estabelecer relação entre o mito, os ritos vivenciados e as práticas associadas ao conceito de Ruralismo Pedagógico. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se na relação entre mito e realidade segundo Roland Barthes e Mircea Eliade como também na perspectiva de micro-história, baseada em Carlo Ginzburg. Assim, compreende-se ter a ENRJN formulado uma maneira de lidar com o ideal do Ruralismo Pedagógico, indo além dos aspectos de formação profissional e constituindo-o um mito, por meio dos discursos elaborados e das práticas vivenciadas.

**Palavras-chave:** Mitos; Ritos; Escola Normal Rural.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará, com estágio de pós-doutorado realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: germano.junior@uece.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: sarah.varela@uece.br

### **Abstract**

*The study about the Rural Normal School of Juazeiro do Norte (ENRJN), whose time frame was the years 1934 to 1939, aims to establish the relationship between myth, experienced the rites and practices associated with the concept of Pedagogical Ruralism. The theoretical and methodological framework is based both on the relationship between myth and reality according to Roland Barthes and Mircea Eliade as well as from the perspective of micro-history, based on Carlo Ginzburg. Thus, it is understood ENRJN have formulated a way to deal with the ideal of Pedagogical Ruralism, going beyond aspects of training and constituting it a myth, through the elaborate discourses and practices experienced.*

**Keywords:** *Myths; rites; Rural Normal School.*

### **Resumen**

*El estudio sobre la Escuela Normal Rural de Juazeiro del Norte (ENRJN), cuyo recorte temporal fue los años de 1934 hasta 1939, objetiva establecer relación entre el mito, los ritos vividos y las prácticas asociadas al concepto de Ruralismo Pedagógico. El referencial teórico-metodológico se fundamenta en la relación entre mito y realidad según Roland Barthes y Mircea Eliade así como en la perspectiva de microhistoria, basada en Carlo Ginzburg. De ese modo, se comprende que la ENRJN haya formulado una manera de lidiar con el ideal del Ruralismo Pedagógico, yendo más allá de los aspectos de formación profesional y constituyéndolo un mito, por medio de los discursos elaborados y de las prácticas vividas.*

**Palabras-clave:** *Mitos; Ritos; Escuela Normal Rural.*

**Recebido em:** junho de 2015

**Aprovado para publicação em:** setembro de 2015

O que conduz uma pessoa ou uma sociedade a constituir mitos? Quando formulamos a referida pergunta, podemos inferir que, prioritariamente, as sociedades primitivas são as produtoras de discursos e práticas míticas. No entanto, estudos como de Mircea Eliade (2007) esclarecem que tanto sociedades primitivas como contemporâneas elaboram seus mitos. Por esse motivo, diversos questionamentos podem ser reunidos quando se decide investigar sobre uma temática relacionada aos mitos e suas formas de constituição. Poderíamos pensar não ser este um problema referente à História e, sim, somente à Antropologia ou Etnologia, mas o objetivo de conhecer como se constitui algum mito em determinada sociedade e, principalmente, como este se perpetua é também característico do trabalho historiográfico que visa a estudar as ações humanas no tempo, como já se referia Bloch (2001). Além disso, para a história cultural, tudo pode se tornar histórico e ser interpretado pelo historiador, que enfrenta “o desafio do passado com atitude dedutiva e movido pela suspeita” (PESAVENTO, 2005, p. 63), com o objetivo de estudar os usos, as práticas e representações. A micro-história, reduzindo a escala de análise, possibilita-nos a investigação de fragmentos do real, ampliando as possibilidades interpretativas. O historiador, portanto, assume a figura de um detetive (GINZBURG, 1989), que busca detalhes e, num exercício perspicaz, monta as peças e constitui o enredo histórico, acreditando que os fatos singulares carregam consigo elementos estruturantes da sociedade como um todo.

O mito é um modo de significar a realidade, conferindo-lhe características peculiares vinculadas à origem, ao sagrado e à constituição de modelos identitários. Compreender como determinada escola formulou uma maneira particular de realizar suas práticas formativas, constituindo um modo de ser ruralista, levou-nos a estabelecer relações entre mito, ritos vivenciados e práticas associadas ao conceito de Ruralismo Pedagógico no contexto da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN), localizada na cidade referida em seu nome, ao sul do estado do Ceará.

Constituímos esta pesquisa tendo como base as ideias de Mircea Eliade (2007) de que o mito não é uma fábula ou invenção repleta de sofismas e, sim, algo tido como verdadeiro e sagrado. Ele é um fenômeno humano, histórico-social, uma representação do mundo que consolida arquétipos para a vivência em sociedade, isto é, “fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência”. (P. 8). O mito se realiza no exercício da vivência cotidiana, de sua materialidade, mantendo-se por meio dos ritos.

Assim, compreendemos o mito como um instrumento de estudo social, percebendo-o não como narrativa simples e sim como algo ligado à tradição, à continuidade, sem limitá-lo com a ideia de pertencer à mentalidade arcaica. O mito e o real não se contrapõem, na verdade, complementam-se e modificam-se no decorrer do tempo, nas tentativas de explicar o mundo. Não necessariamente, o mito aparece sob a forma de narrativas fantásticas, mas em figuras humanas tidas por heróis, em conceitos norteadores da vida dos indivíduos. Ele, portanto, deve ser estudado considerando sua função exercida na sociedade. Uma dessas funções é o estabelecimento de verdades que se constituem como formas de lidar com o cotidiano (ABBAGNANO, 2000). O mito ganha sentido e

fortalecimento por meio dos ritos, cujo exercício possibilita a atribuição de algo tangível e material ao mito. Sua destruição pode vincular-se diretamente à não vivência dos ritos.

O mito de uma educação rural se fundamentou na criação de um espaço, de um programa, disciplinas e práticas norteadoras de uma filosofia de ensino e de trabalho. A escola e os sujeitos participantes da sua história emanam memórias, valores e simbolismos de um dado período histórico. Focamos, neste estudo, os anos de 1934 a 1939. Essa demarcação temporal se relacionava ao período das festividades de formatura das três primeiras turmas de normalistas rurais e, por essa razão, acreditávamos ser este recorte condizente com os objetivos investigativos almejados.

Como essa investigação se caracterizou como pesquisa histórico-documental, utilizamo-nos, para a reconstituição do cotidiano escolar, principalmente de jornais da época, em especial *O Lavrador*. Tratava-se de uma publicação da própria escola e era considerado um “‘animador’ da causa ruralista” e disseminador das “idéias do movimento e [do] modus operandi, a partir de então, da formação de professores para o meio rural”. (MAGALHÃES JUNIOR; FARIAS, 2007, p. 195). O jornal fora publicado pela Escola durante os anos de 1934 a 1974 e seu conteúdo aborda acontecimentos da ENRJN e assuntos relativos à vida do homem campestre. O total de jornais incluso no recorte temporal da pesquisa foi de 42 números, previamente digitalizados, com as imagens tratadas. As categorias de análise utilizadas, na referida investigação, foram as práticas ruralistas, instituições ruralistas e cultura material.

A ENRJN não era uma escola agrícola, mas exercitava práticas de agricultura, segundo os moldes do que se considerava moderno. Os professores lá formados não eram mestres em práticas agrícolas, mas necessitavam de uma formação para serem multiplicadores dos meios de desenvolvimento do campo, ou seja, eles eram propagadores do mito do crescimento nacional mediante práticas modernas de viver no meio rural, por intermédio do Ruralismo Pedagógico.

Neste texto, apresentaremos, primeiramente, o Ruralismo Pedagógico e a ENRJN, destacando fatos de sua história e organização pedagógica. Em seguida, dissertaremos sobre a constituição do Ruralismo Pedagógico como um mito, no contexto da ENRJN, em particular, por meio da vivência das práticas ruralistas consideradas ritos constituidores e fortalecedores do mito. Ao final, sintetizamos nossas considerações fundamentadas nas análises feitas no decorrer da investigação.

### **O Ruralismo Pedagógico e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN)**

A década de 30 do século XX, marcada pelo período de governo do presidente Getúlio Vargas, trouxe consigo diversas mudanças para a sociedade brasileira. Os anos de 1930 a 1945 protagonizaram movimentos marcantes para o contexto educacional escolar, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no ano de 1930, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932 e a promulgação da Carta Constitucional de 1934 e, posteriormente, a de 1937.

A educação aparece, nesse momento histórico, “como um dos instrumentos apropriados para assegurar a ‘valorização do homem’ e melhorar a condição de vida dos brasileiros” (HORTA, 1994, p. 1) moral, intelectual e economicamente. Até essa época, o país não possuía uma estrutura educacional escolar baseada num sistema nacional. “Cada estado mantinha os respectivos sistemas, sem articulação entre si”. (PIMENTA; GONÇALVES, 1990, p. 30). Francisco Campos e Gustavo Capanema, ministros da educação e saúde pública durante este período, procuraram estruturar o sistema nacional de ensino.

Também no contexto histórico dos primeiros anos do século XX, instituía-se, no Brasil, por meio de instituições e sujeitos como Sud Mennucci (1934; 1935; 1944) e Alberto Torres (1978), o discurso propagador da concepção do meio rural como o lugar de onde cresceria o Brasil. Isto porque para se tornar uma grande potência industrial, era preciso assentar o País sobre uma anterior organização agrícola e conferir maior atenção à realidade populacional campesina que compreendia, neste período, três quartos da população brasileira (MENNUCCI, 1934).

Em consonância com as propostas nacionalistas do governo de Getúlio Vargas, o Movimento Ruralista da década de 30 foi uma das medidas tomadas na tentativa de conter o êxodo rural. Assim, uma tendência de pensamento, uma ação política, social e econômica denominada ruralismo pedagógico se constituiu. Segundo Mennucci (1944), necessário era dar ao homem campesino a noção do valor de seu trabalho, restituindo-lhe a dignidade que lhe fora tirada durante os quatro séculos de escravidão.

Uma das maneiras pensadas para proporcionar uma mudança de perspectiva com relação ao campo foi por meio do trabalho em escolas tipicamente rurais. Não se podia mais ofertar instituições escolares inadequadas para o homem campesino, mas especializadas para o ensino rural. Acreditava-se que, com suporte ao trabalho realizado com as crianças, a “doutrina ruralista” chegaria aos seus pais, possibilitando a difusão de formas técnicas e especializadas de fazer melhor produzir a terra e daí alcançar um retorno econômico proveitoso para o País (MENNUCCI, 1944).

O ideal de educação almejado pela escola rural vinculava-se diretamente à proposta de Getúlio Vargas, pois, para o Presidente da República, a educação do povo glorificaria a Pátria, por meio “da valorização de sua capacidade de trabalho”. (HORTA, 1994, p. 146). Assim, todos os brasileiros deveriam receber educação escolar que os capacitasse para o trabalho.

Nesse contexto histórico específico, a ENRJN realizava suas atividades e formava indivíduos para uma prática educativa peculiarmente rural. Afinal, o movimento ruralista não poderia se destinar apenas às crianças, mas, primeiramente, ao mestre, propagador deste ideal. Com a proposta de formar um professor especializado para o trabalho em escolas rurais, surgem as escolas normais rurais, organizadas segundo

um tríplice ponto de vista: o pedagógico, o higiênico, ou, talvez melhor, o sanitário, e o agrícola. Isso quer dizer que terão professores propriamente ditos, professores-médicos e professores-

agrônomos. Todos nessa casa, desde a cabeça diretora até o mais humilde servente, devem ter “mentalidade agrícola”, isto é, de quem sabe que o campo é a esperança atual única do Brasil e de mesmo que o nosso país, através do ferro-esponja e do petróleo, venha a ser uma grande potência industrial, nunca se libertará dos trabalhos agrários e que deles o seu povo precisará sempre, por que só a terra cria produtos. A indústria, por muito que faça, apenas os modifica. (MENNUCCI, 1934, p. 203-204).

A Escola Normal Rural tinha o objetivo de preparar os futuros docentes com conhecimentos de agricultura, tecnologia agrícola, economia rural, higiene e profilaxia, demonstrando ser a função do professor não só ensinar a ler, escrever e contar. Não deveria ser uma escola da cidade enxertada no campo, e sim uma instituição especializada.

Seguindo esta proposta, surgiu ao sul do Estado do Ceará, na cidade de Juazeiro do Norte, uma escola considerada o marco, pioneiro para todo o País (MENNUCCI, 1944), do movimento educacional denominado Ruralismo Pedagógico, também conhecido como Movimento Ruralista dos anos 1930. A ENRJN iniciou suas atividades no dia 13 de março de 1934. Sob a interventoria de Roberto Carneiro de Mendonça e tendo como diretor geral da Instrução Pública do Estado do Ceará Joaquim Moreira de Sousa, a ENRJN surgiu como um lugar propício à formação de professores no meio rural, sendo considerada

filha da ferrea força de vontade e fé de invejáveis e beneméritos patriotas, este santuário de ciência veio salvar a mocidade de Juazeiro das garras da ignorância e ofertar ao Ceará, e quiçá a todo Brasil, a doutrina bem dita do ruralismo. (Jornal O Lavrador nº 35, 1938, p. 8).

De acordo com a proposta do Movimento Ruralista, a cidade de Juazeiro do Norte via na instituição que surgia a possibilidade de progresso local e nacional. Afinal, a ENRJN, “‘célula mater’ do desenvolvimento cultural da cidade” (OLIVEIRA, 1984, p. 15), representava a libertação dos trabalhadores que submetiam sua energia e seu trabalho a um pagamento irrisório. Os professores lá formados seriam capazes de “mudar a feição sócio-econômica dos nossos sertões” (CASTELO, 1970, p. 238), dando ao trabalhador rural a possibilidade de potencializar sua labuta por meio de conhecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento campestre, extinguindo-se os métodos primitivos de trabalho, entrave para o avanço da agricultura.

A escola tornou-se um ícone para a cidade. Seus estudantes consideravam possuir o prestígio de frequentar o mesmo ambiente escolar que doutos professores, propagadores de conhecimentos. Tinha-se, no exercício formativo, uma vocação salvadora.

Maria Assunção Gonçalves, ex-aluna da ENRJN e depois funcionária da referida instituição, num texto elaborado sobre a história da escola publicado numa revista em comemoração aos 20 anos de funcionamento do estabelecimento, narra que Moreira de

Sousa, em virtude do não financiamento estadual para o empreendimento de sua proposta de criação de uma Escola Normal Rural, “procurou consultar alguns elementos das principais cidades do Ceará, no sentido de localizar a nova escola numa dessas cidades”. (1954, p. 41). Naquele mesmo período, Amália Xavier de Oliveira, que se tornaria diretora da ENRJN, estava em Fortaleza a trabalho pela Diretoria de Instrução e comunicou a Moreira de Sousa a possibilidade de se fundar essa escola na cidade de Juazeiro do Norte, pois parecia ser o local ideal para instalar a instituição.

Após a conversa com Moreira de Sousa, Amália Xavier escreveu a Plácido Aderaldo Castelo, juiz de Direito da referida cidade, e explicitou a proposta do Diretor de Instrução, considerando-a uma possibilidade de elevar o nível cultural do Município. Segundo Nogueira (2008), a proximidade de Dona Amália, como era conhecida em Juazeiro do Norte, com Joaquim Moreira de Sousa foi um elemento importante que favoreceu a instalação da ENRJN nesta cidade. Além disso, Lourenço Filho considerava Juazeiro do Norte um local de fanáticos, em virtude da presença constante de romeiros devotos de Padre Cícero. A presença da ENRJN poderia amenizar esse fanatismo por intermédio da instrução concedida à população. Ao contrário dessa perspectiva, Dona Amália e Dr. Plácido pensavam de modo diferente e justificavam a escolha pela cidade por seu mérito e seu crescimento socioeconômico.

Dr. Plácido, vendo as possibilidades da progressista cidade, município agrícola e industrial por excelência, passou a acompanhar de perto a marcha da iniciativa e, logo que soube da aprovação do Conselho e de que o Governo do Estado estava disposto a realizar a idéia, tomou a decisão de, com seus esforços e sacrifícios, presentear o Juazeiro com a primeira Escola Normal Rural fundada no Brasil. Com seu espírito entusiasta e empreendedor, bateu à porta de diversos juazeirenses abnegados, que também desejavam o progresso da cidade (GONÇALVES, 1954, p. 41).

A escola foi mantida pelo Instituto Educacional, cujo principal objetivo era encampar a Escola Normal Rural e, ao Estado, coube a responsabilidade pela “nomeação e remuneração dos professores, a razão de trezentos mil réis (300\$000) mensais das cadeiras fundamentais e mais o fornecimento de todo o material agrario necessario á pratica agricola”. (Decreto nº 1.218, de 10 de janeiro de 1934. In: Anais da Semana Ruralista de Juazeiro. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1938.).

Foi, então, instalada a primeira Escola Normal Rural do Brasil, no dia 13 de março de 1934. 60 alunos se matricularam nos cursos Primário e Complementar. Os professores foram escolhidos “entre o que a sociedade joazeirense possuía de melhor: 2 médicos, 2 bachareis, 1 engenheiro, 1 agrônomo, coltores e professores” (O Lavrador nº 10, 1936, p. 2). Os primeiros professores foram “Dr. Plácido Aderaldo Castelo, Dr. Jacinto Botelho de Sousa, Dr. Vicente Xavier de Oliveira, Dr. Manuel Belém de Figueiredo, Dr. Mozart

Cardoso de Alencar, Prof. José Bernardo Bezerra de Menezes, Amália Xavier de Oliveira, Tarcila Cruz Alencar, Elza Figueiredo Alencar, Generosa Ferreira Alencar e Nair Figueiredo Rocha". (GONÇALVES, 1954, p. 42).

No dia 17 de maio de 1934, o Governo do Estado expediu o regulamento da Escola Normal Rural por meio do decreto nº 1.269. Nele estão expostas as finalidades da escola:

a) – preparar os professores de ensino primario das zonas rurais do Estado, de maneira a torná-los aptos a orientar, racionalmente, as novas gerações nas fainas agrícolas, dando-lhes a conhecer os meios de defesa de saúde e de incentivo, ao progresso no campo; b) – contribuir, pelo preparo conveniente do professor, para que a escola primaria rural se torne um centro de iniciações economicas e profissional, com acentuada influencia civilizadora, sobre toda a comunidade do lugar, onde estiver; c) – dar, pelo professor que preparar, consciencia agricola e sanitaria ás populações rurais, além de exata compreensão do valor da previdencia e da economia, como condição de felicidade, individual e coletiva; d) – despertar, por meio do professor, nos futuros plantadores e criadores, e, ainda, nos atuais, a consciencia do valor de sua classe, que organizada e liberta de toda influencia dominadora extranha, deve colaborar, ao lado das demais classes, no engrandecimento e governo do País (REGULAMENTO da Escola Normal Rural do Estado, 1934, Cap.1, Art. 1)

Moreira de Sousa deixou, no Livro de Impressões da ENRJN, seu parecer sobre a sua inauguração, num texto apologético pela concretização do projeto idealizado por ele de formar professores ruralistas.

A Escola Normal Rural nos moldes que a distinguem das demais escolas normais do país, instalada, oficialmente, nesta cidade de Joazeiro, a 13 de junho de 1934, constitue a realização de um anseio de veros patriotas, entre os quais preciso destacar o dr. Placido Castelo, juiz municipal do termo, criador do Instituto Educacional [...] Está plantada a semente. Cuidem dèla os bons brasileiros, não desvirtuando o seu programa nem a sua finalidade. Quem quizer saber o que è que constitue a essencia da Escola Normal Rural, leia S. Mennucci, Leoni Kaseffi e os Anais dos Congressos Nacionais de Educação. E' lá que esta a Idea, tornada realidade, nesta formosa terra por força do Decreto nº 1213, de 10 de janeiro de 1934. (Jornal O Lavrador nº 1, 1934, p. 8).

O início do curso normal rural data do ano de 1935. Neste mesmo ano, durante o mês de julho, promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, foi realizada a 1ª Semana Ruralista de Juazeiro do Norte. Este evento recebeu o patrocínio do Ministério da Agricultura e da Diretoria Geral de Instrução Pública do Ceará, cujo diretor neste período era Dom Helder Câmara. Em 1936, foi encampado o curso primário pelo Governo do Estado que seria transformado em Grupo Rural Modelo, onde os normalistas rurais lecionariam no decorrer da sua formação. Também foi encampado o gabinete dentário da escola sob a responsabilidade de Dr. Paulo Serra, nomeado pelo Governo do Estado; implantados o museu escolar; o Clube Agrícola com mostruário de sementes, grande quantidade de produtos e máquinas; Aquário, Apiário e Chocadeira; e a realização de reparos no campo. (Jornal O Lavrador nº 10, 1936, p. 1).

No ano de 1937, formou-se a primeira turma de normalistas rurais da ENRJN. Somente cinco alunas colaram grau: Heloisa Coelho de Alencar, Maria Martins Camelo, Maria Moreira, Maria Ceci Borges e Dacilde Sobreira Cruz. Em 1938, houve a formatura da segunda turma, composta pelos alunos José Sebastião da Paixão, Maria Menezes Pereira, Maria Assunção Gonçalves, Cenobelina Cruz Luna, Maria Nelse Silva, Doralice Soares, Maria Germano, Zilda Figueiredo, Nerci Matos Pereira, Isa de Sousa Figueiredo, Maria Venúcia Cabral, Marcionilia Jácome de Carvalho, Rici Acioli Maia, Maria Zuila Belém de Figueiredo, Ana Aderaldo Castelo, Emir Landim e Maria Nazaré Pereira. A terceira turma, formada em 1939, possuía 23 formandos: Elias Rodrigues Sobral, Alzira Pereira Menezes, Maria Gláfira Moreira Landim, Ceci Américo Bezerra, Margarida Ozir Moreira, Raimunda Gonçalves da Cruz, Maria Rodrigues Sobral, Maria Izete Bezerra, Maria de Lourdes Garcia, Maria Stella Ribeiro, Grasiela Aderaldo Castelo, Querubina Mendonça, Iracema Gonçalves Magalhães, Maria Geni Machado, Nicéa Campos Dias, Maria Gondim Lóssio, Maria Maura Leitão Melo, Honorina Gomes de Sá, Idelvisse Belém de Figueiredo, Maria Zuila Saraiva e Silva, Raimunda Rodrigues de Franca, Tarcila Moreno Dias, Maria do Carmo Ribeiro.

Segundo Lourenço Filho (1953), a ENRJN foi uma “experiência pioneira”, anterior à publicação da Lei Orgânica sobre o Ensino Normal de 1946. Sua existência demonstrava a proposta de “ruralização do ensino” como um meio encontrado para solucionar este problema nacional. O homem do campo sobrevivia, não possuía condições de trabalho, recebia remuneração irrisória em comparação às necessidades para sustentação de sua vida e de sua família. A escola ensinava as primeiras letras, simplesmente alfabetizava aqueles que tinham condições de frequentá-la e não contribuía para o aprimoramento dos métodos de trabalho, pois estes permaneciam “rudimentares”. Plácido Aderaldo Castelo (1951), em seu livro *O ensino rural no Ceará*, inicia sua obra descrevendo essa problemática. Segundo ele, “as ideias sobre salários, horas de trabalho, assistência econômica e higienização não penetraram o interior e a preocupação de regularizá-las constituirá inovação que os interessados receberão reservada e desconfiadamente”. (P. 3).

A possibilidade de empreender mudanças nessa situação era por meio da realização de campanhas como já vinha empreendendo a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, cujo objetivo era proporcionar uma mudança de mentalidade ainda herdada dos tempos de

escravidão. Para tanto, era preciso repensar o ensino normal e habilitar “pioneiros para a nova cruzada de reabilitação do Brasil”. (CASTELO, 1951, p. 6). A ENRJN, considerada precursora nesse empreendimento, funcionou durante os anos de 1934 a 1974, formando 66 turmas de normalistas rurais (OLIVEIRA, 1984).

### **A constituição do mito**

Prioritariamente, o mito se relaciona a uma narrativa de algo ocorrido no passado, uma tradição que se perpetua por meio da oralidade com o intuito de constituir verdades e não questionamentos. É uma representação do mundo que consolida arquétipos para a vivência em sociedade e estabelece verdades que proporcionam segurança e indicam caminhos a seguir. Podemos compreender o mito como uma fábula, ficção ou invenção, também como algo sagrado, referente a uma história verdadeira. É possível considerá-lo como “uma forma atenuada de intelectualidade; como forma autônoma de pensamento ou de vida; como instrumento de estudo social” (ABBAGNANO, 2000, p. 673), que se realiza no exercício da vivência do cotidiano, de sua materialidade, mantendo-se por meio dos ritos.

Como forma autônoma de pensamento, o mito não é visto como inferior ou imperfeito, sua função e validade não se relacionam ao conhecimento racional, mas se situam num plano diferente. Nessa perspectiva, pode-se vislumbrar a compreensão de Mircea Eliade (2007) do mito como um fenômeno humano, cultural, por intermédio do qual, é possível compreender a significação e o valor conferidos à existência do homem e os modelos destinados à sua conduta. “Portanto, a verdade do mito não é uma verdade intelectual corrompida ou degenerada, mas uma verdade autêntica, embora com forma diferente da verdade intelectual, com forma fantástica ou poética”. (ABBAGNANO, 2000, p. 674).

É possível também compreender o mito como um instrumento de estudo social e percebê-lo não como uma simples narrativa, e sim como algo ligado à tradição, à continuidade, sem limitá-lo à ideia de algo da mentalidade arcaica. Ele representa fatos ocorridos com frequência na vida humana, como morte e nascimento, vitória e derrota. O mito reflete o real de uma forma aprimorada e embelezada, ao expressar as aspirações humanas ante a vivência da realidade.

Enquanto Mircea Eliade trabalha com os conceitos da Etnologia, Roland Barthes (2006; 2010) se utiliza da Semiologia e de conceitos característicos dessa parte da Linguística para empreender suas análises sobre a constituição de mitos. Diferentemente dos autores explicitados anteriormente, o Semiólogo francês estuda a mitologia elaborada na contemporaneidade, em aspectos corriqueiros do cotidiano. Barthes assevera estar o mundo cercado de uma infinidade de significados. Quem os atribui são indivíduos, sujeitos históricos que, em diferentes contextos, vivenciam esse jogo de significar, de atribuir valores a tudo e a todos. Apreendemos esse universo por meio da linguagem, jogo simbólico que transpõe para a forma do discurso o que antes poderia ser insondável.

A Semiologia é a “ciência geral dos signos” (BARTHES, 2006, p. 11). Esta definição fora elaborada por Saussure, como também corrobora Barthes, ao considerar os estudos semiológicos resultantes da linguagem, pois se vinculam a tudo o que possa significar. O mito, segundo esta definição, é uma das matérias componentes da Semiologia, sendo compreendido como uma fala, e é por esse motivo que “tudo pode constituir um mito”. (BARTHES, 2010, p. 199). Afinal, como seres humanos, tudo é perpassado pela linguagem e pode se constituir discurso. O mito, portanto, “não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere”. (BARTHES, 2010, p. 199), pelo modo como faz significar as coisas ou uma dada realidade.

Para Barthes (2010), o mito necessita de condições especiais para a sua constituição. A primeira delas é compreendê-lo como resultado da história, pois, podemos atribuir a existência de mitos muito antigos, mas nunca eternos. Barthes é enfático ao atribuir à História o comando da vida e/ou da morte da linguagem mítica, pois ele a considera artífice do real transformado em discurso, e, como o mito é julgado por um discurso e se constitui uma fala, então, nada mais plausível do que considerar a História constituidora e/ou destruidora de mitos. Como compreender esse mecanismo? Justamente, por meio da compreensão da formulação do mito efetivada por meio de seu uso social. Algo conota uma significação mítica por meio dos usos pertencentes ao seu contexto; como explicita o exemplo de Barthes sobre a árvore para Minou Drouet. O mito, portanto, “tem um fundamento histórico [...] não poderia de modo algum surgir da ‘natureza’ das coisas”. (P. 200).

O mito se constitui como um “sistema semiológico segundo”. (BARTHES, 2010, p. 206). Vamos explicitar melhor essa definição. A Semiologia estabelece a relação entre três elementos formadores da língua: o significante, o significado e o signo. O primeiro deles, o significante, é formado por meio de uma imagem acústica ou gráfica que se relaciona a determinado conceito. Este é o segundo elemento explicitado, ou seja, o significado, relacionado a usos e razões. A relação entre eles resulta no signo, “total associativo dos dois primeiros termos”. (BARTHES, 2010, p. 203). Ele é a palavra plena de sentido. A constituição do discurso mítico se efetua com origem no primeiro “sistema semiológico”. Isso ocorre, pois o signo, pela apropriação feita pelo mito, torna-se novo significante que será imbuído de um significado renovado, “repleto de uma nova situação”. (BARTHES, 2010, p. 205). O resultado desta relação é a significação, o novo signo, que é o mito.

A concepção de mito e de sua constituição formulada em Roland Barthes nos pareceu viável para a efetivação da análise das fontes por nós escolhidas. Compreender o mito como “uma fala definida pela sua intenção [...] muito mais do que pela sua literalidade” (2010, p. 215) foi a apreensão mais pertinente do conceito de mito que podemos escolher para a interpretação histórica realizada. Isto porque, não nos referimos a um passado “distante e fabuloso”, e se os personagens da nossa narrativa são seres humanos participantes da cotidianidade da vida, como, então, nos referir ao conceito de mito? Qual a razão que nos fez escolher esta categoria de análise? Justamente a ideia de que toda forma de sociabilidade humana constitui seus mitos, sejam eles entes sobrenaturais ou não, sejam seres humanos vivenciando suas práticas cotidianas. Tudo isso

demonstra que “o mito não se limita ao mundo ou à mentalidade dos primitivos. É indispensável a qualquer cultura. ‘Cada mudança histórica cria sua mitologia, que, no entanto, tem relação indireta com o fato histórico’”. (ABBAGNANO, 2000, p. 675).

Da mesma forma como Roland Barthes (2006, 2010) retira da Linguística “conceitos analíticos” que possam ser utilizados nos estudos de Semiologia, vamos empregar conceitos da Semiologia para realizar esta pesquisa histórica. [...] “um conceito, certamente, não é uma coisa, mas não é tampouco somente a consciência de um conceito. Um conceito é um instrumento e uma história, isto é, um feixe de possibilidades e de obstáculos envolvido num mundo vivido”. (2006, p. 13).

Nossas personagens são diferentes, não são “entes sobrenaturais”, mas seres humanos participantes da realidade específica de um estabelecimento educacional que materializou uma proposta educacional denominada Ruralismo Pedagógico. Aqui não narramos uma história fantástica e sim a narrativa de como uma instituição de ensino se tornou ícone para uma cidade e seus habitantes.

Consoante Nogueira (2008), a ENRJN elaborou uma cultura escolar específica para o meio rural, pois,

[...] ao se constituir como espaço de formação profissional de professores ruralistas, propiciou a criação de uma cultura peculiar por meio de regras de conduta e formação. Com a orientação da ENRJN, professores foram profissionalizados e puderam constituir saberes e práticas específicos ao magistério rural. (p. 53)

Corroboramos a ideia de Nogueira (2008) e confirmamos que a referida escola se baseou num programa escolar ruralista. Acrescentamos, todavia: mais do que formar professores especializados para o trabalho no meio rural, compreendemos ter a ENRJN formulado uma maneira de lidar com o ideal do Ruralismo Pedagógico, indo além dos aspectos de formação profissional e constituindo-o um mito. Vamos explicar pormenorizadamente esta asserção iniciando pelo exemplo do símbolo da escola.

Em julho de 1936, Dona Amália propôs às alunas do curso normal rural a resolução de um problema: “organizar as armas da Escola” (Jornal O Lavrador nº 16, 1936, p. 1), as quais estariam gravadas no anel de formatura das normalistas. Foram dados 20 dias para pensarem e debaterem ideias. Ao final, o desenho mais votado foi o de Assunção Gonçalves, estudante do 1º ano Normal. Ele representava “o globo sobre um livro, destacando-se o Brasil formado por uma paisagem rural. Entrelaçando o globo, uma pena e um arado”. (Jornal O Lavrador nº 16, 1936, p. 1).

Podemos observar essa imagem em seu sentido literal, com elementos formadores de um símbolo de dada instituição. Para compreendermos sua constituição como mito, entretanto, precisamos primeiramente nos questionar: o que está além do literal? O que essa imagem pode significar? O símbolo, com todos seus elementos, constitui o significante que pleno de um significado produz um signo relacionado ao ideal proposto pela escola. O globo sobre um livro estabelece estreita relação entre o conhecimento

adquirido por meio da instrução. Esta é resultado do trabalho realizado na escola. O destaque dado ao Brasil simboliza a imponência atribuída ao País naquele momento. Acreditava-se no crescimento brasileiro, na sua civilização e em seu progresso. A paisagem em destaque faz referência à ideia de origem do Brasil como um país eminentemente rural, como se enfatizava nesse momento histórico. A pena e o arado entrelaçando o globo simbolizam o Ruralismo Pedagógico. A junção da pena – instrução – e do arado – lavrador – seria o meio para alcançar o crescimento econômico almejado para o País. Todos esses elementos associados sintetizavam a proposta de trabalho da ENRJN. Ambiente para difundir a instrução, com estreito vínculo com ideais da ciência e da disciplina, e lugar peculiar pela formação de professores segundo um ideal permeado de características míticas.

A imagem formulada para simbolizar as armas da ENRJN bastar-nos-ia para demonstrar elementos característicos para constituição de um discurso mítico, elaborando uma cadeia de significantes e significados resultantes de um contexto em comum. Como isso se efetiva? O mito é uma fala, como já havíamos conceituado, com uma característica peculiar: é um discurso apropriado, de acordo com os usos sociais atribuídos a ele em determinado contexto histórico. Segundo Barthes (2010), o elemento constituidor da “força motriz” enunciativa do mito é o significado. O Ruralismo Pedagógico atribuiu novo significado ao meio rural e ao lavrador. Se antes a concepção que se tinha deles era de pobreza, atraso, vida desgastante, por meio da apropriação desse discurso, atribuiu-se a eles um novo significado. Nisto consiste a significação, ou seja, o mito. O signo, lavrador, permeado pela situação histórica, cujo objetivo era enaltecer o retorno às origens rurais do Brasil como meio para crescimento do País, confere ao lavrador o significado de prosperidade e crescimento. “O cultivo científico do solo é uma ciência, principalmente aliada às letras pátrias” (Jornal O Lavrador nº 8, 1935, p. 2). Nesta definição, está o cerne da reapropriação do conceito “rural”. Por meio do ruralismo pedagógico, estabeleceu-se a ideia de o cultivo do solo vinculado à ciência.

No caso específico da ENRJN, reunimos três elementos considerados constituidores do discurso mítico: o vínculo com as ideias de origem, de sagrado e com modelos identitários. Todos eles são permeados pelo princípio de verdade, gerador de condutas compatíveis a esse princípio. A repetição desses três elementos, por meio de formas diferentes, revela a intenção de determinado comportamento relacionado a um objetivo em comum: salvar o Brasil da dependência econômica de países estrangeiros e liberar o homem camponês da ignorância resultante da falta de instrução. Os discursos coincidem entre si, fala-se repetidas vezes do mesmo ideal e com adjetivações em comum. É isso que vamos esmiuçar neste momento. Por meio dos textos escritos pelos alunos, encontramos esses três elementos constantemente citados e detalhadamente enfatizados como algo pertencente ao contexto escolar da referida instituição.

Esmiucemos, primeiramente, a categoria origem. Podemos analisá-la de acordo com dois aspectos. O primeiro vinculado ao Ruralismo Pedagógico e à ideia estabelecida do Brasil como um país eminentemente rural. Tendo como referência o contexto histórico exposto anteriormente, destacamos a existência, em âmbito político e governamental, da

preocupação com o êxodo rural. A atenção que a cidade e suas possíveis benesses ocasionavam nos habitantes de zonas não alcançadas pelo desenvolvimento econômico não eram consideradas positivas. Por esse motivo, as escolas rurais deveriam ser o meio para realizar a tarefa de promover a formação de sujeitos propagadores do ideal brasileiro como País cuja origem e crescimento estão no campo. O segundo aspecto da categoria origem se vincula à ENRJN, principalmente, com relação a sua ideia de “instituição modelo”, “pioneira” na efetivação de um modelo formativo, cujo objetivo, era, mediante suas práticas escolares, concretizar a ideia do Brasil como país rural. Segundo Castelo (1951), ela era o “marco de uma nova cruzada”. (P. 24).

Sobre o vínculo com a ideia do sagrado, constatamos, no discurso dos alunos, traços religiosos comumente retratados. Isso tanto pode ser reflexo do fato de a escola localizar-se na cidade de Juazeiro, local caracterizado pela presença constante de romeiros devotos de Padre Cícero, como também por meio de uma transferência de crenças para a potencialidade salvadora da ciência, por intermédio da aquisição de conhecimentos. Essas duas perspectivas de análise do sagrado estão refletidas no discurso elaborado pelos alunos, em particular, por meio das ideias de salvação e redenção. Isso demonstra concordância com o objetivo apresentado anteriormente: salvar o Brasil da dependência econômica, livrá-lo dos males do urbanismo e do êxodo rural; como também, salvar os indivíduos da ignorância, do analfabetismo, mal nacional a ser combatido, defendê-los das doenças, por via da educação sanitária. Todos esses aspectos revelam a crença na escola como meio de efetivação dessas mudanças, cunhadas como salvíficas. O bom resultado desses trabalhos teria reflexos no melhor aproveitamento dos trabalhos agrícolas.

O professor e o exercício de sua profissão eram apresentados como um apostolado, uma cruzada, algo característico de um chamado vocacional para o trabalho. A formação obtida na referida instituição estava imersa num contexto religioso e salvacionista que imprimia na prática de seus estudantes o ideal de estar realizando uma tarefa sagrada. Isso pode ser percebido na citação a seguir: “[...] a Escola Normal Rural de Joazeiro [é] este templo de saber e de trabalho, onde comungamos a idéia santa do ruralismo, da instrução e do saber” (Jornal O Lavrador nº 45, 1939, p. 2). E o Ruralismo era considerado “uma bandeira de salvação que a Patria agita dizendo estar nela a unica maneira de solucionar o difficil problema economico nacional”. (Jornal O Lavrador nº 44, 1939, p. 4).

A ENRJN era reconhecida como “instituição modelo” e era o local propício para conformação dos indivíduos à identificação com o “ser ruralista”, na busca pelo empreendimento do cultivo “racional” do solo, segundo os moldes do Ruralismo Pedagógico. Na imagem abaixo, reunimos adjetivações em comum, destacadas nos discursos dos alunos como necessárias para a identificação com o tornar-se um professor ruralista. Frequentemente, são atribuídas aos trabalhos dos normalistas as características de abnegação, apostolado e patriotismo, como se para modificar o meio rural fosse necessário o esforço missionário daqueles dispostos a realizar a tarefa. São termos que se referem ao sagrado, ao transcendente. Tanto que não se fala em condições de vida e de trabalho do professor, de salário. A função do professor é constantemente caracterizada por aspectos vocacionais, de desprendimento e renúncia, não sendo compreendida pelo seu âmbito

profissional; ou seja, cabe a ele “o dever sacrosanto de tudo [envidar] em prol da grandeza, do progresso do nosso Brasil” (Jornal O Lavrador nº 13, 1936, p. 7). Pelo esforço do professor ruralista, o País crescerá.

Esse perfil identitário do professor ruralista se baseia no exemplo, primeiramente, de heróis nacionais. O mais comumente citado no O Lavrador é Tiradentes, enaltecido pelos aspectos patrióticos de sua vida. Além do vínculo com heróis nacionais, a exemplo de Tiradentes, outros personagens são destacados, como Alberto Torres e Sud Mennucci, por seus trabalhos realizados em prol do meio rural. Eles são considerados exemplos de patriotismo e, por esse motivo, suas atitudes merecem ser imitadas.

Como Barthes (2010) enfatiza, um conceito pode ser repetido de formas diferentes e essa repetição é muito importante para quem tenciona decifrar o mito, pois ela descobre a intenção. O exercício interpretativo que acabamos de realizar pode demonstrar as maneiras diversas de que o mito do Ruralismo Pedagógico se constituiu por meio do discurso elaborado pelos alunos da ENRJN; seja enfatizando aspectos vinculados à origem ou ao sagrado e/ou à constituição de um modelo identitário.

### **A vivência dos ritos**

Os ritos são as maneiras existentes para concretizá-los, pois, sem a vivência prática, sem a existência dos ritos, o mito conseqüentemente perde seu significado e deixa de existir, porquanto sua sustentação se desfez. Discutimos anteriormente os aspectos considerados constituidores do mito do Ruralismo Pedagógico. O vínculo com a origem, o sagrado e a elaboração de um modelo identitário expressam elementos peculiares para a vivência ruralista na ENRJN. No seu caso específico, as práticas escolares ruralistas constituíam os ritos escolares vivenciados no cotidiano da instituição e concretizavam o mito do Ruralismo Pedagógico. Cada atividade agrícola, cada curso específico integrante do currículo escolar são exemplos do que elencamos como ritos de sustentação do mito, pois o rito

é o centro da produção da sociedade, porque centro privilegiado do pôr em relação seus elementos, fazendo-os significar. O estudo dos rituais constitui, portanto, uma fonte alternativa, legítima e criativa da interpretação social, do que faz o social, enfim, social: seu caráter único de significação. (LIMA, 1987, p. 1082).

O rito não se caracteriza por um acontecimento circunstancial. Ele atribui significado ao mito, por meio de sua vivência repetitiva, como forma de fazer com que algo se torne habitual no cotidiano de determinado agrupamento social. Na ENRJN, reunimos quatro elementos específicos que, repetidas vezes, são vivenciados na escola e que constantemente retomam o objetivo central da instituição: “tornar grande o Brasil pela agricultura”. (Jornal O Lavrador nº 9, 1935, p. 2). As festividades de formatura das três

primeiras turmas, a escrita do jornal O Lavrador, a fundação de clubes agrícolas e os dias comemorativos são exemplos dos ritos escolares vivenciados na ENRJN.

O jornal escolar O Lavrador foi lançado no dia 14 de junho de 1934 - um dia após a inauguração oficial da escola, durante a segunda reunião do Clube Agrícola Alberto Torres. A existência de um periódico escolar na ENRJN estava prevista no regulamento da Escola. No artigo 84, referente a esse assunto, destaca-se o exercício da imprensa escolar por meio de jornal ou revista feita pelos estudantes da Instituição. O objetivo era “desenvolver as aptidões literárias dos mesmos, e [servir] de elemento de intercambio social, por meio da permuta e colaboração, entre instituições congeneres no país e no estrangeiro”. No parágrafo único, destaca: “o jornal ou revista escolar deve ser veículo de idéas e sentimentos adquiridos no aprendizado especial do estabelecimento, contribuindo para tornar a escola um agente de transformações uteis e não apenas um aparelho de adaptação a condições necessarias já existentes” (Regulamento da Escola Normal Rural. In: Anais da Semana Ruralista de Juazeiro. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1938.).

No jornal, foram registrados muitos aspectos do cotidiano escolar, suas práticas e vivências, os materiais recebidos e fotografias da instituição e dos sujeitos pertencentes a ela. Como órgão do Clube Agrícola Alberto Torres, pertencente à ENRJN, registravam-se também as atividades do Clube Agrícola. As narrativas presentes no jornal escolar coincidem com as descritas no livro de Dona Amália Xavier (OLIVEIRA, 1984). Desde o primeiro número, já estava explícita a ideia de que o Brasil precisava fixar o homem no campo, abordando propostas consonantes às apresentadas por Sud Mennucci e Alberto Torres. No decorrer dos números analisados, entre os anos 1934 a 1939, em particular em 1934, não houve um número do jornal que não enfatizasse os trabalhos da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

A estrutura do jornal seguia um padrão de organização. Os textos, normalmente, eram escritos pelos alunos da ENRJN e do grupo rural modelo. Nota-se pela organização das publicações que eram escolhidos representantes dos diferentes níveis de ensino, desde o curso primário até o normal. Também existiam artigos escritos pelos professores da ENRJN e por técnicos ou visitantes que frequentavam a escola, como, por exemplo, os textos presentes nos jornais durante os anos de 1938 e 1939, cuja presença do Departamento de Fiscalização e Classificação do Algodão sempre proporcionava a publicação de textos de seus técnicos no jornal O Lavrador. Também faziam parte da sua organização a publicação de propagandas de casas de comércio, remédios e escolas, todavia, não era algo presente em todos os números de jornais analisados.

O exercício da escrita do jornal O Lavrador foi um meio eficaz de propagação do Ruralismo. Certamente o público para o qual se destinava este periódico não era o dos lavradores sem conhecimentos de leitura e escrita, mas indivíduos já escolarizados que viviam no meio escolar e compartilhavam desse conhecimento.

A fundação de clubes agrícolas era uma meta estabelecida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e tornou-se uma prática recorrente no cotidiano da ENRJN, pois se adequava ao objetivo de propagar o ensino rural. É um excelente exemplo dos trabalhos ruralistas efetivados pela escola. No artigo 81, do regulamento escolar, destacava-se a meta

a ser alcançada pelo clube agrícola: “dignificar o trabalho manual; elevar e engrandecer a vocação e a profissão do lavrador; incutir na consciencia de seus socios o amor á terra, o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a idéa de seu valor economico e patriótico”. E, no parágrafo 1º, enfatizava: “fica adotado na Escola Normal Rural, para o respectivo Clube Agrícola, o regimento interno dos Clubes Agrícolas Escolares expedido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, feita as modificações que o meio exigir”. (Regulamento da Escola Normal Rural. In: Anais da Semana Ruralista de Juazeiro. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1938).

Segundo os direcionamentos propostos pelo Congresso de Ensino Regional realizado em Salvador, Bahia, em 15 de novembro de 1934, o clube agrícola pertencente à Escola deveria ser o elemento articulador entre a Escola, a família e a sociedade, de acordo com o objetivo de formar uma consciência agrícola no Brasil. Seus trabalhos visavam à efetivação de todos os pontos do programa de uma escola específica para o meio rural. Os alunos da ENRJN enfatizavam a importância da fundação de clubes agrícolas e acreditavam ser um trabalho missionário a realização desse empreendimento, pois visava ao crescimento do Brasil.

Os dias comemorativos, normalmente, eram celebrados em sessões dos clubes agrícolas e abordavam temas vinculados a algum tipo de cultura a ser comemorado. Na ENRJN, comemorava-se o dia da amoreira (19 de março), do milho (24 de maio), do algodão (14 de julho), da ave e a festa da árvore (21 de setembro). Realizavam-se concursos sobre a mandioca, o algodão e a criação, como também se promoviam Semanas Ruralistas. Além dessas celebrações de aspectos característicos do meio rural, em todos os anos analisados, foram publicadas nos jornais as narrativas sobre as comemorações ao dia de Tiradentes, considerando-o modelo de nacionalidade e de civismo. É interessante, pois demonstra uma característica peculiar da ENRJN, que é a exaltação aos símbolos da nacionalidade. Exemplo disso é a comemoração feita ao aniversário de morte de Alberto Torres. Buscavam-se modelos a seguir, e estes sujeitos se adequavam aos moldes propostos pelo ruralismo e empreendidos pela instituição ruralista.

As festividades de formatura das três primeiras turmas são o ponto culminante da vivência ritualística da ENRJN, pois, durante esses momentos, foram sempre retomados os vínculos com a ideia de sagrado, origem e modelo identitário de uma maneira bastante peculiar, como um coroamento pelos trabalhos realizados. Nos números do jornal O Lavrador, encontramos publicações das oradoras das turmas, de seus textos lidos na colação de grau. Também destacamos as matérias veiculadas em jornais de circulação estadual sobre esse momento considerado marcante para a instituição e para o cenário educacional brasileiro, destacando o Ceará como pioneiro neste novo modelo de estabelecimento educacional. A maneira dos alunos se pronunciarem, por meio do enaltecimento ao ideal ruralista vivido na escola, é a característica preponderante de seu discurso, permeada pela ideia de formar para a Pátria, para Deus e para a sociedade. As três turmas realizaram excursões como prerequisite para colação de grau. Esse trabalho tinha o propósito de levar os alunos a conhecerem fazendas consideradas modelo, que faziam bom uso das técnicas agrícolas e tinham boa organização.

A forma como se expressavam os estudantes na celebração da sua formatura é também a objetivação do mito. Estão explícitos, nas falas de cada um deles, expostas anteriormente, o vínculo com o sagrado, a ideia da profissão docente como um apostolado e a escola como a “samaritana piedosa”, aquela que também cumpre sua vocação histórica, concedendo a instrução para aqueles necessitados dela. O Ruralismo está relacionado à origem do País e o professor ruralista amparado por um modelo identitário que confere um significado vocacional a sua profissão. Com isso, percebemos repetidas vezes como o Ruralismo Pedagógico se constituiu um mito, por intermédio do discurso dos alunos e dos ritos por eles vivenciados.

### **Conclusão**

A ENRJN estabeleceu uma cultura formativa docente permeada de aspectos míticos. O professor lá formado era símbolo do cumprimento de uma vocação histórica, pois, se o Brasil era compreendido como um país rural, o professor ruralista era o protagonista para a resolução do problema do êxodo rural; ou seja, de formas diferentes (significantes), imprimiu-se o mesmo significado para vivência no campo: ambiente pleno de possibilidades de riqueza e crescimento do Brasil, conferindo ao agricultor a identificação de legítimo brasileiro. O discurso formulado pelos sujeitos pertencentes à ENRJN e a concretização feita deles, por meio das práticas, dos ritos vivenciados, constituiu um modelo de homem do campo e estabeleceu o Ruralismo Pedagógico como mito.

A agricultura era caracterizada como símbolo de prosperidade e riqueza para o País, sendo considerada o meio eficaz para proporcionar o crescimento econômico brasileiro. Esse discurso estabelecia o ideal de lavrador que poderia usufruir do bem-estar resultante dos trabalhos agrícolas. Somente se beneficiaria, no entanto, o trabalhador cujos trabalhos se adequassem aos moldes e diretrizes científicas, pois dessa maneira seria possível vincular agricultura e prosperidade. Na ENRJN, compreendemos que um de seus principais objetivos era estimular os alunos a assimilarem a importância do meio rural. Por causa disso, as palestras sempre enfatizavam o desenvolvimento do campo como base do progresso brasileiro.

Constatamos, por meio das análises feitas, o estreito vínculo do Ruralismo Pedagógico com o potencial da escola para solucionar problemas socioeconômicos. Neste caso específico, o problema social estava no êxodo rural e no econômico, a dependência do Brasil com relação a outros países pelo mau aproveitamento do cultivo de seu solo. Isso é tão notório que somente em três números de jornais analisados encontramos a menção a outros fatores necessários à manutenção do homem no campo sem ser somente a escolarização.

Toda a análise feita demonstra a não naturalidade do mito segundo Barthes (2010). A sua constituição está imbuída de uma situação histórica que manifesta o intuito de, por meio de seus ritos, tornar o mito natural e não histórico, provocando o reconhecimento dos sujeitos numa determinada imagem. Quem desfaz essa aparência de eterno produzida pelo

mito é o mitólogo que, com o seu trabalho, descortina os significados produzidos pela linguagem mítica. O conteúdo relacionado ao mito é um adendo. Isso significa que tudo pode se constituir mito, a depender da maneira como for formulado. O caso da ENRJN é um exemplo disso. O mito do Ruralismo Pedagógico sustentava a referida Instituição e os ritos davam materialidade e sustentação ao mito. Como ressaltamos, o mito possui um uso social que lhe confere novos significados.

Estudamos a realidade específica de uma instituição, mas compreendemos que a constituição de mitos permeia as vivências sociais de maneiras diversas, por via dos ritos. Nisto consiste a importância desta investigação, pois possibilita uma interpretação histórica diferenciada. A percepção tida do contexto da escola, do discurso instituído, nos impulsionou a compreendê-lo como mito. E essa concepção levou os sujeitos pertencentes à Instituição a formularem uma significação especial para o ideal propagado, vinculando-o à origem, ao sagrado e a um modelo identitário. Isso não ocorreu somente na ENRJN. Na verdade, a constituição de mitos permeia a sociedade, inclusive e especialmente, na contemporaneidade. Certamente, novas pesquisas podem ser empreendidas, tendo como base os conceitos de mito e rito.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4ª. ed. Tradução Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 5ª. ed. Tradução Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

\_\_\_\_\_. **Elementos de Semiologia**. 16ª. ed. Tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASTELO, Plácido Aderaldo. O ensino rural. A Escola Normal pioneira. In: **História do Ensino no Ceará**. Monografia n. 22. Departamento de Imprensa Oficial, 1970. (Coleção Instituto do Ceará).

\_\_\_\_\_. **O ensino rural no Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1951.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Debates).

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 143-179.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ Ministério da Educação e Cultura, vol. XX, out-dez 1953, nº 52.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Ruralismo, memórias e práticas educativas no cotidiano da primeira escola normal rural do Brasil: a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – CE (1934 – 1946). In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MENNUCCI, Sud. **A ruralização**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

\_\_\_\_\_. **A crise brasileira da educação**. São Paulo: Editora Piratininga, 1934.

\_\_\_\_\_. **Pelo sentido ruralista da civilização**: subsídios para a história do ensino rural no Estado de São Paulo (1892-1935). São Paulo: Empresa gráfica da “Revista dos tribunais”, 1935.

NOGUEIRA, Delane Lima. **Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**: registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de um método: as estratégias do fazer História. In: **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz Recuperando a memória: breve história da organização do ensino de 2º grau (1930-1988). In: \_\_\_\_\_. **Reverendo o ensino de 2º grau** – Propondo a formação de professores. São Paulo: Cortez, 1990.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.